



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS – IMC

- X. Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciárias decorrentes do ajuizamento de eventuais demandas judiciais, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento, ressalvados aqueles de natureza compulsória, lançados automaticamente pela rede bancária arrecadadora.
- XI. Restituir, à conta do CONCEDENTE, o valor transferido, atualizado monetariamente, acrescido de juros legais na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional a partir da data do seu recebimento, nos seguintes casos:
 - a. Quando não for executado o objeto da avença;
 - b. Quando não forem apresentadas, nos prazos estabelecidos, as prestações de contas parciais e final; e
 - c. Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no presente Convênio.
- XII. Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos ao presente Instrumento.
- XIII. Permitir o livre acesso de servidores do Tribunal de Contas, Controladoria Geral do Estado do Acre e do CONCEDENTE, em qualquer tempo e lugar, a todos os atos administrativos e aos registros dos fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, assim como às obras, se for o caso, e serviços objeto do Convênio, quando em missão de supervisão, fiscalização e auditoria, fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Instrumento, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa às licitações e aos contratos.
- XIV. Apresentar Relatório Técnico Final, explicitando o atendimento dos objetivos do projeto, inclusive quanto ao aproveitamento das ações de formação.
- XV. Fornecer as informações solicitadas diretamente pelo CONCEDENTE ou pelos técnicos referidos no item “a) IV” da Cláusula Terceira, relativas ao objeto deste Convênio, e à situação financeira de sua execução.
- XVI. Realizar as despesas para execução do objeto do convênio expresso no Plano de Trabalho, exclusivamente dentro do período previsto na Cláusula Quinta.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS – IMC

- XVII. Afixar placa alusiva ao projeto na sede do Interviente e adesivo nos equipamentos e veículos adquiridos, se for o caso, de acordo com os modelos padrões a serem fornecidos pelo CONCEDENTE, fazendo referência ao Contrato de Contribuição Financeira, celebrado entre a SEDENS e o KfW.
- XVIII. Utilizar os bens e serviços custeados com recursos da CONCEDENTE exclusivamente na execução do objeto deste convênio.
- XIX. Designar técnico(s) e seu(s) respectivo(s) substituto(s), com as funções de coordenador e responsável técnico, e de ordenador de despesa, além de encaminhar à CONCEDENTE as cópias dos atos de designação no prazo de 15 dias, contados da data de publicação deste instrumento;
- XX. Aplicar os recursos financeiros de que trata este Convênio exclusivamente no cumprimento do seu objeto, conforme previsto na Cláusula Sétima;
- XXI. Disponibilizar logística de transporte: veículos, barcos e combustível para execução das atividades previstas no Plano de Trabalho.
- XXII. Elaborar todos os documentos necessários à implementação das atividades, em conformidade com a legislação aplicável.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à execução do objeto deste Convênio, no montante de **R\$ 768.998,00 (setecentos e sessenta e oito mil novecentos e noventa e oito reais)**, serão alocados de acordo com a seguinte classificação orçamentária:

a) Recursos da CONCEDENTE:

- Programa de Trabalho: 761.215.185.411.104.1820.0000 – Incentivos a Serviços Ambientais.
- Natureza da Despesa: 33.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
- Fonte de Recursos: Fonte 200 (Convênio SEDENS / KfW).
- Convênio SEDENS/KfW: Meta 1.5;
- Convênio SEDENS/IMC: Meta 2 - Realização de Atividades de comunicação e socialização de conhecimento sobre Incentivo a Serviços Ambientais, nas atividades: 2.1 – Formação de gestores em temas relevantes à gestão dos serviços ambientais; 2.2 – Formação de



técnicos em temas relevantes à gestão dos serviços ambientais; 2.3 – Formação de beneficiários em temas relevantes à valorização dos serviços ambientais e 2.4 - Publicação de material de divulgação do SISA e seus programas.

- Valor: **R\$ 708.140,00 (setecentos e oito mil cento e quarenta reais).**

b) Recursos da CONVENIENTE:

Os recursos oriundos da contrapartida não financeira do convênio possuem montante de **R\$ 60.858,00** (sessenta mil, oitocentos e cinquenta e oito reais) serão de responsabilidade do CONVENIENTE, e serão disponibilizados em serviços na execução do objeto do convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE destinados à execução do objeto deste convênio serão liberados de acordo com o cronograma de desembolso constante do plano de trabalho anexo I deste instrumento, a crédito de conta específica, em nome do CONVENIENTE, e vinculada ao presente instrumento. O plano de trabalho deve prever 18 (dezoito) meses de execução e as etapas da liberação dos valores previstos.

Subcláusula Primeira - É vedada a instituição recebedora de recursos liberados pela CONCEDENTE transferi-los, em parte ou todo, a qualquer órgão não descrito no Plano de Trabalho e/ou conta que não a vinculada ao Convênio, mesmo que a título de controle.

Subcláusula Segunda - As despesas decorrentes da execução do presente Convênio, nos exercícios seguintes, correrão à conta de suas dotações orçamentárias respectivas, sendo objeto de Termo Aditivo a indicação do Crédito e Nota de Empenho.

CLÁUSULA SEXTA - DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

O CONVENIENTE deverá manter os recursos repassados pela CONCEDENTE em conta bancária específica, que permanecerá vinculada ao Convênio, para registro das operações financeiras dele decorrentes, permitindo-se efetuar saques somente para pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho anexo I, mediante cheque nominal, transferências ou ordem bancária ao credor ou para aplicação no mercado financeiro, sujeitos à identificação do beneficiário final e a especificação da dispensa.

Subcláusula Primeira – O CONVENIENTE obriga-se a aplicar os recursos financeiros de que trata este Convênio, de acordo com o Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS – IMC

do seu objeto, não os utilizando em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio, ainda que em caráter de emergência.

Subcláusula Segunda – Fica permitido, desde que prevista no Plano de Trabalho, e de acordo com as diretrizes para aquisições e contratações a utilização dos recursos deste convênio para as despesas com Consultorias, Serviço de Pessoa Física, Serviço de Pessoa Jurídica, Equipamentos/Material Permanente, Diárias para Técnicos e Consultores, Passagens Aéreas, Material de Consumo/Expediente/Informática, combustível, gênero alimentícios, suprimentos de informática, papelaria em geral e afins.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO MERCADO FINANCEIRO

Deverá o CONVENIENTE aplicar os recursos repassados pela CONCEDENTE no mercado financeiro, observando que os recursos transferidos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão aplicados obrigatoriamente:

- a) Em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês;
- b) Em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreado em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores a um (01) mês.

Subcláusula Primeira – A CONCEDENTE deverá aprovar plano de trabalho reformulado pelo CONVENIENTE autorizando a utilização dos rendimentos das aplicações financeiras, obrigatoriamente, aplicados no objeto deste Convênio, estando sujeito às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Subcláusula Segunda – As receitas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida devida pelo CONVENIENTE.

Subcláusula Terceira – A economia de recursos financeiros provenientes de procedimentos e processos, bem como os oriundos de Aplicações financeiras, deverá ser aplicada, exclusivamente, no objeto do Convênio detalhado no Plano de Trabalho, com aprovação prévia pela Concedente.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO

O presente Convênio deverá ser fielmente executado pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Subcláusula Primeira - Durante a vigência deste convênio o CONVENIENTE obriga-se a:

- a) Desenvolver a partir do início da vigência do Convênio as atividades contidas no Plano de Trabalho;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS – IMC

- b) Responsabilizar-se por todas e quaisquer autorizações, licenças e demais documentos necessários à perfeita realização do objeto deste Convênio, caso seja necessário, para o que poderá contar com apoio da CONCEDENTE.

CLÁUSULA NONA – DAS VEDAÇÕES

São vedadas as despesas, à conta dos recursos do presente Convênio, porventura realizadas com finalidade diversa da estabelecida neste Instrumento, e especialmente:

- a) Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- b) Alterar o objeto do Convênio, exceto no caso de ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto contratado, mediante aprovação do CONCEDENTE;
- c) Utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento, ressalvado o custeio da implementação das medidas de preservação ambiental inerentes às obras constantes do Plano de Trabalho;
- d) Realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência do instrumento;
- e) Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referente a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto, no que se refere às multas, se decorrentes exclusivamente de atraso na transferência de recursos pela concedente, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;
- f) Realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, desde que previstas no Plano de Trabalho, não podendo constar, em nenhuma hipótese, nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
- g) Aplicação dos recursos em mercado financeiro, em desacordo com os critérios previstos na Subcláusula Segunda, da CLÁUSULA SEXTA, do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

Os conveniados devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante toda a execução do convênio. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS – IMC

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público na execução do convênio;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão de fatos e documentos, com o objetivo de influenciar a execução do convênio;
- c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais fornecedores, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão conveniado, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando afetar a execução do convênio.
- e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nesta cláusula; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção e auditoria.

Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

Considerando os propósitos das cláusulas acima, os conveniados, como condição para a contratação, concordam e autorizam o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas inspecionar o local de execução do convênio e todos os documentos, contas e registros relacionados a ele e à sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar prestação de contas dos recursos recebidos na forma da IN/STN 1/97, a seguir:

1º – PARCIAL

A liberação da segunda parcela dos recursos ficará condicionada à apresentação da prestação de contas parcial, referente à primeira parcela liberada e assim sucessivamente, até a prestação de contas final, composta da documentação especificada nos itens III a VII do art. 28 da IN/STN 01/97.



2º – FINAL

A prestação de contas será constituída de relatório de cumprimento do objeto, acompanhada dos elementos descritos no art. 28 da IN/STN nº. 01, de 15.01.97, compreendendo os incisos de I a X.

Subcláusula Primeira – A prestação de contas final deverá ser apresentada a CONCEDENTE até 60 dias após o período previsto para a sua execução.

Subcláusula Segunda – As faturas, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do **CONVENENTE**, devidamente identificados com o número do Convênio. Deverão ser mantidos em arquivo em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de cinco anos, contada da aprovação da prestação de contas ou tomada de contas do gestor/CONVENENTE pelo Tribunal de Contas do Estado, relativos ao exercício da concessão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

O conveniente compromete-se a restituir o valor transferido atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para a Fazenda Estadual, nos seguintes casos:

- a) Inexecução do objeto;
- b) Falta de apresentação da prestação de contas, no prazo exigido;
- c) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente CONVÊNIO, ainda que em caráter de emergência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS DOCUMENTOS DE DESPESA E DA OBRIGATORIEDADE DE SUA APRESENTAÇÃO

As despesas serão comprovadas mediante documentos fiscais ou equivalentes, devendo as **faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios serem emitidos em nome do CONVENENTE e devidamente identificados com referência ao título e ao número deste Convênio**. Os comprovantes originais das despesas serão mantidos em arquivo, em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 05 (cinco) anos contados da aprovação da prestação de contas do gestor do CONCEDENTE, pelo Tribunal de Contas do Estado ou controladoria, relativa ao exercício em que forem incluídas em suas contas.

Subcláusula Única - Obriga-se o CONVENENTE a apresentar, por cópia autenticada, todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste Convênio, a qualquer tempo e a critério da CONCEDENTE, sujeitando-se, no caso de violação ao disposto nesta SUBCLÁUSULA, ao mesmo tratamento dispensado às despesas

maqueto *MA*



comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, na hipótese de não remessa do documento do prazo estipulado na respectiva notificação de cobrança.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência até **31 de dezembro de 2016**, com início na data de sua publicação.

Subcláusula Única - A vigência deste Convênio poderá ser prorrogada mediante Termo Aditivo, por solicitação do CONVENIENTE, fundamentada em razões concretas que a justifiquem, formulada no mínimo 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência, desde que aceita pela CONCEDENTE, e sem alteração do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes envolvidas quando do não cumprimento de qualquer cláusula deste instrumento, ou rescindido unilateralmente, desde que a parte comunique à outra com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias, respondendo os partícipes pelas obrigações assumidas e auferindo as vantagens até esse momento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICIDADE

A publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, sendo vedado aos partícipes utilizar-se de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Subcláusula Única: O presente Convênio deverá ser publicado pela **CONCEDENTE** por extrato no Diário Oficial do Estado, no prazo de 20 (vinte) dias a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DOS TRABALHOS

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrentes de trabalhos realizados no âmbito do presente Convênio serão atribuídos aos partícipes, com os respectivos créditos.

Subcláusula Primeira - Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Convênio será obrigatoriamente destacada a participação da CONCEDENTE, observado o disposto no parágrafo 1º do art. 37 da Constituição Federal.



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DOS BENS

Os bens materiais e equipamentos adquiridos com recursos financeiros transferidos pela CONCEDENTE passarão a incorporar o patrimônio do CONVENIENTE, após a aprovação da prestação de contas final do Convênio, visando assegurar a continuidade do objetivo deste Instrumento.

Parágrafo Único – Sendo o Convênio rescindido por quaisquer dos motivos previstos na Cláusula Décima Quinta - da Denúncia e da Rescisão, bem como não tendo seu curso regular, os bens patrimoniais acima referidos serão automaticamente revertidos ao CONCEDENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Convênio poderá em sua vigência ser modificado, alterado ou complementado no todo ou em parte, devidamente justificado mediante termo aditivo aprovado pela CONCEDENTE sempre que houver interesse administrativo das partes para melhor adequação das metas e ações a serem desenvolvidas para o cumprimento do objeto deste instrumento.

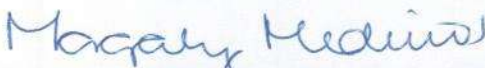
Subcláusula Única - Fica vedado aditamento com alterações do objeto, de acordo com o inciso III do art. 8º e art. 15 da Instrução Normativa nº 001, de 15 de janeiro de 1997 da Secretaria do Tesouro Nacional.

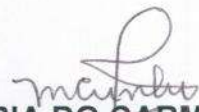
CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

As dúvidas e controvérsias porventura surgidas em função da execução deste Instrumento de Convênio, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão apreciadas e julgadas pela Justiça Estadual da Comarca de Rio Branco, Estado do Acre.

E, por assim, estarem plenamente de acordo, as partes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos deste Instrumento de Convênio, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, que vão assinadas pelos representantes das partes e com as testemunhas abaixo nomeadas e identificadas.

Rio Branco – Acre, 08 de junho de 2015.


MAGALY DA FONSECA E S. T. MEDEIROS
Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação
de Serviços Ambientais - IMC


MARIA DO CARMO F. DA CUNHA
Associação SOS AMAZÔNIA



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS – IMC

TESTEMUNHAS:

NOME: Marta Nogueira de Aguiar NOME: Maria Eliane Ferreira da Silva
CPF: 651.346.562-15 CPF: 818.006.652-53



ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS - IMC

CONVÊNIO Nº 001/2015
PROCESSO Nº 068/2015

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO
DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA
Nº 001/2015 QUE ENTRE SI CELEBRAM O
INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E
REGULAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS –
IMC, E A ASSOCIAÇÃO SOS AMAZÔNIA.**

O INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS - IMC, regulamentado pela Lei Complementar nº. 222, de 28 de fevereiro de 2011, com sede situada Rua das Acácias, nº 279 – Distrito Industrial. CEP: 69920-175. Rio Branco/Acre. (Anexo à FUNTAC), inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 13.404.434/0001-07, representado neste ato pela Diretora-Presidente **MAGALY DA FONSECA E SILVA TAVEIRA MEDEIROS**, brasileira, portadora da CI/RG nº 231.895/SSP-AC, inscrita no CPF sob o nº 802.767.177-91, nomeada através do Decreto nº 054 de 05 de janeiro de 2015, residente e domiciliada à Rua Tapajós, nº 264, Bloco 02, Ap. 203, Bairro: Isaura Parente. CEP: 69.918-262, Rio Branco, Acre, no uso de suas atribuições legais, doravante denominada **CONCEDENTE** e a, **ASSOCIAÇÃO SOS AMAZÔNIA**, instituição não governamental, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.364.434/001-85, sediada a Rua Pará, 61 – Cadeia Velha - Rio Branco - AC, representada neste ato por sua Presidente **MARIA DO CARMO FERREIRA DA CUNHA**, brasileira, divorciada, bióloga, portadora da CI/RG nº 039.560 SSP/AC e inscrita no CPF/MF sob o nº 040.748.742-53, residente e domiciliada à Rua Latorre, 332, Estação Experimental, nesta Capital, neste ato denominada como **CONVENIENTE**, **RESOLVEM** celebrar o **SEGUNDO TERMO ADITIVO** ao **Convênio de Cooperação Técnica e Financeira nº 001/2015**, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO ADITAMENTO

O presente termo aditivo tem por finalidade alteração da **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA**, do Convênio nº 001/2015 pelo período de 06 (seis) meses, contados a partir da data de encerramento do Convênio, considerando a necessidade de tempo hábil para executar as atividades previstas no Plano de Trabalho referente a **Meta 4 – Etapa/Fase 4.1**. Elaborar 01 (uma) cartilha didática sobre mudanças climáticas, serviços ambientais e SISA para subsidiar a realização das capacitações com produtores rurais e extrativistas, em linguagem adequada à realidade local



Instituto de Mudanças Climáticas
e Regulação de Serviços Ambientais



ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS - IMC

destes beneficiários para atingir a **Meta 2** – Realizar 06 oficinas de formação na área de serviços ambientais, mudanças climáticas, mercado de carbono e governança ambiental com ênfase no Sistema Estadual de Incentivo a serviços ambientais para produtores rurais e extrativistas em municípios do interior do Estado do Acre.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONVÊNIO

O referido Convênio tem por objeto a desenvolver capacidades técnicas, diagnósticos e mecanismos de informações aos atores-chaves do SISA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA

Considerando o disposto na **Cláusula Décima Nona – Das Alterações**, do Termo de Convênio objeto do presente Termo Aditivo, e a solicitação da CONVENIENTE mediante justificativa, faz-se necessária a alteração do PLANO DE TRABALHO, considerando o conteúdo muito técnico, sendo necessário colocá-lo numa linguagem mais simples para que as comunidades possam compreender o tema dos serviços ambientais, sendo essa atividade torna-se inexecutável dentro do prazo previsto para o término do Convênio, solicitando assim aditivo de tempo, para alcance da Meta.

CLÁUSULA QUARTA – DO NOVO PLANO DE TRABALHO

O novo Plano de Trabalho, com as alterações decorrentes do presente Termo Aditivo, devidamente justificadas é parte integrante deste Instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA QUINTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo se encontra formalizado, por acordo das partes, em conformidade com o artigo 65, I, a, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

Todas as demais Cláusulas e Condições estabelecidas no Termo do Convênio principal, permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas do Convênio originário, que não sejam conflitantes com as ora ajustadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente Termo Aditivo no Diário Oficial do Estado, por extrato, será providenciada até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, correndo as despesas à expensas da Contratante.



ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS - IMC

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

As dúvidas e controvérsias porventura surgidas em função da execução deste Instrumento de Convênio, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão apreciadas e julgadas pela Justiça Estadual da comarca de Rio Branco.

E, por assim, estarem plenamente de acordo, as partes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos deste SEGUNDO TERMO ADITIVO, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, que vão assinadas pelos representantes das partes e com as testemunhas abaixo nomeadas e identificadas.

Rio Branco – Acre, 05 de dezembro de 2016.

Magaly Medeiros

Magaly da Fonseca e S. T. Medeiros
Diretora-Presidente do Instituto de Mudanças
Climáticas e Regulação de Serviços
Ambientais - IMC

Maria do Carmo

Maria do Carmo Ferreira da Cunha
Presidente da Associação SOS Amazônia

TESTEMUNHAS:

NOME: *Risângela N. de M. D'Agostini*
CPF: *444.086.172-53*

NOME: *Auciana Freitas*
CPF: *933.535.292-68*

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 001/2015
Processo/IMC nº. 068/2015

PARTES: INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO DE
SERVIÇOS AMBIENTAIS - IMC E A ASSOCIAÇÃO SOS AMAZÔNIA.

DO OBJETO O presente termo aditivo tem por finalidade alteração
da CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA, do Convênio nº
001/2015 pelo período de 06 (seis) meses, contados a partir da data
de encerramento do Convênio, considerando a necessidade de tempo
hábil para executar as atividades previstas no Plano de Trabalho refe-
rente a Meta 4 – Etapa/Fase 4.1. Elaborar 01 (uma) cartilha didática
sobre mudanças climáticas, serviços ambientais e SISA para subsidiar
a realização das capacitações com produtores rurais e extrativistas, em
linguagem adequada à realidade local destes beneficiários para atin-
gir a Meta 2 – Realizar 06 oficinas de formação na área de serviços
ambientais, mudanças climáticas, mercado de carbono e governança
ambiental com ênfase no Sistema Estadual de Incentivo a serviços am-
bientais para produtores rurais e extrativistas em municípios do interior
do Estado do Acre.

DA PREVISÃO LEGAL: O presente termo aditivo se encontra formalizado, por
acordo das partes, em conformidade com o artigo 65, I, a, da Lei 8.666/93.

DA RATIFICAÇÃO: Todas as demais Cláusulas e Condições estabele-
cidas no Termo do Convênio principal, permanecem inalteradas e ra-
tificadas as demais cláusulas do Convênio originário, que não sejam
conflitantes com as ora ajustadas.

DA PUBLICAÇÃO: A publicação do presente Termo Aditivo no Diário Oficial
do Estado, por extrato, será providenciada até o 5º (quinto) dia útil do mês
seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias
daquela data, correndo as despesas a expensas da Contratante.

DATA E LOCAL DA ASSINATURA: 05.12.2016 – Rio Branco/AC.

ASSINAM: Magaly da Fonseca e Silva Taveira Medeiros, pelo IMC e
Maria do Carmo Ferreira da Cunha, pela Associação S.O.S. Amazônia.

IPEM

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Diretor Presidente do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Acre
– IPEM/ACRE, o Sr. Felismar Mesquita Moreira, nomeado por meio do
Decreto Estadual nº 1.858/2015, de 25 de Março de 2015, nos termos
do art. 43, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993, resolve pela HOMOLOGA-
ÇÃO da Dispensa de Licitação, fundamentada no artigo 24, inciso II, da
Lei 8.666/93, e suas alterações, considerando o que consta no Proce-
so Administrativo nº 2016.0033/2016 - IPEM/ACRE; bem como ADJUDI-
CA à Empresa ACRE JET INFORMÁTICA LTDA, a Contratação de Ser-
viços de Manutenção e Reparos em Equipamentos de Processamento
de Dados, no valor de R\$ 1.235,00 (Um mil, duzentos e trinta e cinco
reais), para todos os efeitos legais.

Rio Branco - Acre, 07 de Dezembro de 2016.

FELISMAR MESQUITA MOREIRA
DIRETOR PRESIDENTE DO IPEM/ACRE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Diretor Presidente do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Acre
– IPEM/ACRE, o Sr. Felismar Mesquita Moreira, nomeado por meio do
Decreto Estadual nº 1.858/2015, de 25 de Março de 2015, nos termos
do art. 43, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993, resolve pela HOMOLOGA-
ÇÃO da Dispensa de Licitação, fundamentada no artigo 24, inciso II, da
Lei 8.666/93, e suas alterações, considerando o que consta no Proce-
so Administrativo nº 2016.0030/2016 - IPEM/ACRE; bem como ADJUDI-
CA à Empresa D. O. ALMENDANA a aquisição de Material de Consumo
(Peças e Serviços para Manutenção do Veículo L-200 TRYTON – Pla-
cas nº 9773), no valor de R\$ 1.890,00 (Um mil, oitocentos e noventa
reais), para todos os efeitos legais.

Rio Branco - Acre, 07 de Dezembro de 2016.

FELISMAR MESQUITA MOREIRA
DIRETOR PRESIDENTE DO IPEM/ACRE

ISE

PORTARIA Nº 235 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Presidente do Instituto Socioeducativo – ISE/AC, no uso das atribui-
ções legais que lhe conferem o Decreto nº 044 de 02 de janeiro de 2015,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder, nos termos do art. 112 da Lei Complementar nº 39/93,

180 (cento e oitenta) dias de Licença à Gestante à servidora Aline Vale
de Souza, matrícula: 9283560-2, ocupante de cargo em comissão, per-
tencente ao quadro de pessoal do Instituto Socioeducativo-ISE, a contar
de 05 de dezembro de 2016.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Rafael Almeida de Sousa
Presidente do ISE/AC

PORTARIA Nº 234 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Presidente do Instituto Socioeducativo – ISE/AC, no uso das atribui-
ções legais que lhe conferem o Decreto nº 044 de 02 de janeiro de 2015,
RESOLVE:

Art. 1º Declarar vago o cargo de Agente Socioeducativo, do quadro de
pessoal do Instituto Socioeducativo do Acre, matrícula 9117644-4, tendo
em vista o falecimento do ex - servidor VANDO DOS SANTOS MADEI-
ROS, ocorrido em 23 de Outubro de 2016, conforme Certidão de Óbito
nº 004.125, Livro: C010, Folha 161 de 24 de outubro de 2016.

Art. 2º Declara vago o cargo ocupado pelo servidor acima mencionado.
Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Rafael Almeida de Sousa
Presidente do ISE/AC

ITERACRE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO nº 17/2016

Processo nº 6031/2015

Pregão Eletrônico nº 025/2016 – CEL 01

Parecer: PROJURI nº 66/2016

Partes: Instituto de Terras do Acre – ITERACRE e a empresa Alumínio
Arquitetura & Construções Ltda

Objeto: aquisição de equipamentos, a serem adquiridos através do Pro-
grama de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre – PDSA –
Fase II (CONTRATO BID 2928/OC-BR).

Valor: R\$ 6.150,00 (seis mil, cento e cinquenta reais).

Fonte: 500.

Publicação: A publicação do presente Contrato no Diário Oficial do Es-
tado, por extrato, será providenciada até o 5º dia útil do mês seguinte
ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela
data, correndo as despesas a expensas do CONTRATANTE, nos ter-
mos do parágrafo único do artigo 61, da Lei 8.666/93.

Data da Assinatura: 08 de agosto de 2016.

Assinam: Glenilson Araújo Figueiredo pelo ITERACRE e Klinger Queiróz
do Nascimento pela Empresa.

FUNDAÇÕES PÚBLICAS

FEM

FUNDAÇÃO DE CULTURA E COMUNICAÇÃO ELIAS MANSOUR

Portaria nº 360 de 09 de dezembro de 2016.

A Diretora – Presidente da Fundação de Cultura e Comunicação Elias
Mansour – FEM, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto
nº 4.851, de 08/12/2009, no Art. 1º, § 3º a 5º, publicado no DOE nº
10.189 de 09/12/2009, que altera dispositivo do Decreto nº 10.860, de
03/09/2004, de criação do Prêmio Chico Mendes de Florestania,
RESOLVE:

Art. 1º – Nomear os integrantes da Comissão Organizadora e Julgadora
do Prêmio Chico Mendes de Florestania, representantes de entidades
da sociedade civil organizada, que abaixo segue:

I- Raimunda Bezerra da Silva – Centro de Defesa dos Direitos Humanos
e Educação Popular – CDDHEP,

II – Angela Maria Feitosa Mendes – Comitê Chico Mendes,

III- Júlia Feitosa da Silva Dias – Centro dos Trabalhadores da Amazônia.

Art. 2º – Nomear os integrantes da Comissão Organizadora e Julgadora
do Prêmio Chico Mendes de Florestania, representantes do Poder Pu-
blico, que segue abaixo:

I – Márcia Regina de Sousa Pereira – Casa Civil do Estado do Acre,

II- Magaly da Fonseca e Silva Taveiras de Medeiros - Instituto de Mudanças
Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais



ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS - IMC

CONVÊNIO Nº 001/2015
PROCESSO Nº 068/2015

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA Nº 001/2015 QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS – IMC, E A ASSOCIAÇÃO SOS AMAZÔNIA.

O INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS - IMC, regulamentado pela Lei Complementar nº. 222, de 28 de fevereiro de 2011, com sede situada Rua das Acácias, nº 279 – Distrito Industrial. CEP: 69920-175. Rio Branco/Acre. (Anexo à FUNTAC), inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 13.404.434/0001-07, representado neste ato pela Diretora-Presidente **MAGALY DA FONSECA E SILVA TAVEIRA MEDEIROS**, brasileira, portadora da CI/RG nº 231.895/SSP-AC, inscrita no CPF sob o nº 802.767.177-91, nomeada através do Decreto nº 054 de 05 de janeiro de 2015, residente e domiciliada à Rua Tapajós, nº 264, Bloco 02, Ap. 203, Bairro: Isaura Parente. CEP: 69.918-262, Rio Branco, Acre, no uso de suas atribuições legais, doravante denominada **CONCEDENTE** e a, **ASSOCIAÇÃO SOS AMAZÔNIA**, instituição não governamental, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.364.434/001-85, sediada a Rua Pará, 61 – Cadeia Velha - Rio Branco - AC, representada neste ato por sua Secretária Técnica **MARIA APARECIDADE OLIVEIRA AZEVEDO LOPES**, brasileira, casada, bióloga, portadora da CI/RG nº 235075 SSP/AC e inscrita no CPF/MF sob o nº 434.696.472-91, residente e domiciliada à Rua Ribamar, nº 031, Bairro Placas, nesta Capital, neste ato denominada como **CONVENIENTE**, **RESOLVEM** celebrar o **TERCEIRO TERMO ADITIVO** ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira nº 001/2015, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO ADITAMENTO

O presente termo aditivo tem por finalidade alteração da **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA**, do Convênio nº 001/2015, aditando pelo período de 06 (seis) meses, contados a partir da data de encerramento do Segundo Termo Aditivo ao Convênio, tendo em vista as atividades previstas no novo Plano de Trabalho na Etapa/Fase 4.2 – Organização e relatoria do Seminário de Avaliação dos Resultados do Programa Global REDD Early Movers – Fase 1. 





ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS - IMC

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONVÊNIO

O referido Convênio tem por objeto a desenvolver capacidades técnicas, diagnósticos e mecanismos de informações ao atores-chaves do SISA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA

Considerando o disposto na **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ALTERAÇÕES**, do Termo de Convênio objeto do presente Termo Aditivo, e a solicitação da CONVENIENTE mediante justificativa, faz-se necessária a alteração do PLANO DE TRABALHO, haja vista o saldo financeiro do referido Convênio, bem como a necessidade de realizar a organização da relatoria do Seminário de Avaliação dos resultados do Programa Global REDD Early Movers – Fase 1.

CLÁUSULA QUARTA – DO NOVO PLANO DE TRABALHO

O novo Plano de Trabalho, com as alterações decorrentes do presente Termo Aditivo, devidamente justificadas é parte integrante deste Instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA QUINTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo se encontra formalizado, por acordo das partes, em conformidade com o art. 33, do Decreto Estadual 3.024/2011, bem como o art. 65, II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

Todas as demais Cláusulas e Condições estabelecidas no Termo do Convênio principal e Aditivos, permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas do Convênio originário, que não sejam conflitantes com as ora ajustadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente Termo Aditivo no Diário Oficial do Estado, por extrato, será providenciada até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, correndo as despesas à expensas da Contratante.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

As dúvidas e controvérsias porventura surgidas em função da execução deste Instrumento de Convênio, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão apreciadas e julgadas pela Justiça Estadual da comarca de Rio Branco.

E, por assim, estarem plenamente de acordo, as partes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos deste TERCEIRO TERMO ADITIVO, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só



ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS - IMC

efeito, que vão assinadas pelos representantes das partes e com as testemunhas abaixo nomeadas e identificadas.

Rio Branco – Acre, 28 de junho de 2017.

Magaly Medeiros

Magaly da Fonseca e S. T. Medeiros
Diretora-Presidente do Instituto de Mudanças
Climáticas e Regulação de Serviços
Ambientais - IMC

M. A. Lopes

Maria Aparecida de Oliveira Azevedo Lopes
Presidente da Associação SOS Amazônia

TESTEMUNHAS:

NOME: *Risângela Melo D'Agostini*

CPF: *444.086.172-53*

NOME: *Jauciano Freitas*

CPF: *933.535.292-68*